



Estratégia
CONCURSOS

11 Dias de Simulados Abertos

TRF3

Direito Tributário



Simulado Especial

Direito Tributário

TRF 3ª REGIÃO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO ESPECIAL

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF3;
- 2 – A prova contém **15 questões** que abordam temas de Direito Tributário cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Fábio Dutra com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 6 – **A partir das 19h, o Prof. Fábio Dutra iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 9 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-30-10>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | |
| 05 - A B C D E | |
| 06 - A B C D E | |
| 07 - A B C D E | |
| 08 - A B C D E | |
| 09 - A B C D E | |
| 10 - A B C D E | |
| 11 - A B C D E | |
| 12 - A B C D E | |

DIREITO TRIBUTÁRIO

01. Considere a seguinte situação hipotética: Pedro omitiu rendimentos, deixando de recolher à União Imposto de Renda. Antes de ocorrer a decadência tributária, sofreu ação fiscal, sendo autuado no valor de R\$ 1.000.000,00, pela Receita Federal do Brasil, em 05/10/2018.

Considere, ainda, que o patrimônio de Pedro seja composto pelos seguintes imóveis:

Imóvel A – Gravado com hipoteca no ano de 2017.

Imóvel B – Gravado com hipoteca no ano de 2018.

Imóvel C – Livre de qualquer ônus real sobre o imóvel.

Considerando as disposições do Código Tributário Nacional, no que diz respeito às garantias e privilégios do crédito tributário, responda quais bens poderão responder pelo débito de Pedro perante a Fazenda Nacional:

- a) Apenas o imóvel A poderá responder pelo débito.
- b) Os imóveis A e C podem responder pelo débito.
- c) Os imóveis B e C podem responder pelo débito.
- d) Todos os imóveis podem responder pelo débito.
- e) Apenas o imóvel C pode responder pelo débito.

02. O domicílio fiscal do contribuinte é

- a) o local por ele eleito, desde que não recusado pela autoridade administrativa.
- b) a sua residência habitual.
- c) o local da situação de seus bens.
- d) o local da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- e) o local da sede da empresa.

03. Aponte a seguir a única alternativa errada, no que diz respeito à imunidade recíproca:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- b) A imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- c) A imunidade recíproca não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- d) A imunidade recíproca não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

e) Entende o STF que a imunidade recíproca alcança empresas públicas prestadoras de serviço público e exploradoras de atividades econômicas, já que o capital é totalmente público.

04. Assinale a alternativa incorreta, considerando o Título IV, do Código Tributário Nacional, que trata da “Administração Tributária”:

- a) Não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais
- b) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- c) Tem os mesmos efeitos previstos da certidão negativa a certidão positiva de que conste a existência de créditos em relação aos quais o sujeito passivo tenha ingressado com ação judicial anulatória do débito fiscal.
- d) Mediante intimação escrita, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.
- e) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

05. Considerando o tema decadência e prescrição tributária, bem como a jurisprudência pacífica do STJ, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O prazo prescricional do crédito tributário pode ser interrompido por ato do sujeito passivo.
 - () A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
 - () O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário tem início, em regra, no primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. O fato de o sujeito passivo ser notificado do termo de início de ação fiscal não influencia a contagem do prazo decadencial.
- a) V, F, F
 - b) F, F, F
 - c) V, V, F
 - d) F, V, V
 - e) F, F, V

06. Caso o fato gerador de determinado tributo esteja relacionado a um negócio jurídico sujeito à condição suspensiva, e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados desde o momento

- a) do implemento da condição.
- b) em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias à produção dos efeitos que são próprios ao fato gerador.
- c) da prática do ato ou da celebração do negócio.
- d) em que a condição deixe de existir.
- e) em que a condição se verifique ainda que parcialmente.

07. Acerca das modalidades de lançamento, aponte a alternativa incorreta:

- a) Todo tributo pode vir a ser lançado de ofício.
- b) Na sistemática do lançamento por homologação, a lei atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
- c) No lançamento por homologação, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
- d) No lançamento por declaração, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, ou, em qualquer caso, antes de notificado o lançamento.
- e) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

08. Aponte a única alternativa que apresenta uma modalidade de extinção do crédito tributário:

- a) depósito do montante integral;
- b) parcelamento;
- c) consignação em pagamento julgada precedente;
- d) isenção;
- e) anistia.

09. Relativamente à imunidade contida no art. 150, VI, "e", da CF/88, incluída no texto constitucional pela EC 75/2013, fruto da denominada PEC da Música, aponte a alternativa incorreta:

- a) É aplicável apenas aos impostos.
- b) Alcança as operações de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- c) Aplica-se apenas a fonogramas e videofonogramas produzidos no Brasil.

- d) Alcança os suportes materiais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.
- e) Alcança os arquivos digitais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.

10. O Auditor-Fiscal José Roberto, em procedimento fiscal, constatou que determinada pessoa jurídica não entregou declaração de apresentação obrigatória. Detectou também que a pessoa jurídica deixou de apurar o valor do tributo devido e recolhê-lo ao Fisco, obrigação que lhe cabia antes de qualquer exame por parte da autoridade administrativa. Com base na situação hipotética, aponte a alternativa que apresenta uma assertiva correta, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) Pode-se dizer que houve apenas descumprimento de obrigação acessória.
- b) A pessoa jurídica se submeterá ao lançamento de ofício, em relação à parcela não declarada.
- c) Cientificado o sujeito passivo da lavratura do auto de infração, o lançamento não pode sofrer alteração, salvo a anulação pelo Poder Judiciário.
- d) Pode-se afirmar que este tributo cujo recolhimento não foi realizado tempestivamente é lançado originariamente por declaração.
- e) Se o procedimento fiscal for instaurado após 5 anos da ocorrência do fato gerador, pode-se assegurar que o direito da Fazenda Pública foi atingido pela decadência.

11. Assinale as afirmativas com (V) para verdadeiro e (F) para falso, e, ao final, aponte a alternativa que indica a sequência correta:

- () Em nenhuma hipótese a isenção pode ser extensiva às taxas e às contribuições de melhoria
 - () A concessão de isenção depende de lei específica
 - () A isenção onerosa pode ser livremente suprimida.
 - () A isenção, como regra, não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- a) F, V, F, V
 - b) F, F, V, V
 - c) V, F, V, F
 - d) V, V, F, F
 - e) V, F, F, F

12. Aponte a alternativa que trate apenas de assuntos disciplinados por lei complementar:

- a) instituir empréstimos compulsórios em caso de despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa ou sua iminência assim como o imposto sobre grandes fortunas, e as contribuições de intervenção no domínio econômico.
- b) instituir as limitações ao poder de tributar, representadas pelos princípios constitucionais tributários e as imunidades tributárias.
- c) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, assim como obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- d) definir os fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas e contribuintes dos impostos discriminados no texto constitucional.
- e) estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

13. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, somente a lei pode estabelecer, exceto:

- a) Instituição de tributos;
- b) Extinção de tributos;
- c) Majoração das alíquotas dos tributos;
- d) Redução das alíquotas dos tributos;
- e) Atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

14. Considerando o que dispõe o Código Tributário Nacional a respeito da legislação tributária, aponte a única alternativa incorreta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- b) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- c) Somente a lei pode estabelecer a instituição de tributos, ou a sua extinção, bem como a sua majoração ou sua redução, ressalvados os casos excepcionais.
- d) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- e) A observância das normas complementares exclui a imposição de penalidades, mas não a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

15. São responsáveis, exceto:

- a) O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- b) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- c) O espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) Os adquirentes de bens imóveis, em relação aos impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- e) O arrematante de bens imóveis em hasta pública.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-30-10>

Aulão Presencial TRF-3 (30/11)

Garanta seu ingresso!

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE